

CÂMARA MUNICIPAL

DE

LAGOA – AÇORES

ATA N.º 12/2019

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 21 DE JUNHO DE 2019

(Contém 24 Folhas)

ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:

PRESIDENTE – CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO

VEREADOR – CARLOS AUGUSTO BORGES RODRIGUES FURTADO

VEREADOR – FERNANDO JORGE VENTURA MONIZ

VEREADORA – ALBERTINA MARIA COSTA OLIVEIRA

VEREADOR – NELSON ANTÓNIO ROSA DOS SANTOS

VEREADOR – ROBERTO MANUEL DE SOUSA OLIVEIRA

FALTOU O SEGUINTE MEMBRO:

VEREADOR – RICARDO NUNO FERREIRA MARTINS MOTA



CÂMARA MUNICIPAL**DE****LAGOA – AÇORES****ATA N.º 12/2019****DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 21 DE JUNHO DE 2019**

Aos vinte e um dias do mês de junho do ano dois mil e dezanove, nesta cidade de Lagoa, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Lagoa, sob a Presidência da Exma. Senhora Cristina de Fátima Silva Calisto, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos Exmos. Senhores Vereadores: Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado; Fernando Jorge Ventura Moniz; Albertina Maria Costa Oliveira; Nelson António Rosa dos Santos e Roberto Manuel de Sousa Oliveira.

Não compareceu à reunião o Senhor Vereador Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota.

Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver «quórum» para funcionamento do executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, a Excelentíssima Senhora Presidente declarou aberta a reunião, pelas 09:00 horas.

A reunião foi secretariada por Maria da Estrela Aguiar, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos.

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:

A Senhora Presidente da Câmara propôs à aprovação de todos os membros a ata da reunião ordinária de 4 de junho de 2019.

A Câmara tomou conhecimento e a ata da referida reunião foi aprovada, por unanimidade, conforme disposto no número 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e será assinada pela Senhora Presidente e por quem secretariou a reunião.



JUSTIFICAÇÃO DE FALTA:

A Senhora Presidente deu conhecimento à Câmara que justificou a falta do Senhor Vereador Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota, de acordo com a alínea c) do artigo 39.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, competência que foi delegada em reunião de 25 de outubro de 2017.

A Câmara tomou conhecimento.

ANTES DA ORDEM DO DIA:**LEGISLAÇÃO SOBRE AS PRECEDÊNCIAS PROTOCOLARES:**

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou se já foi analisada a Legislação sobre as Precedências Protocolares, na sequência do assunto abordado na última reunião sobre o esquema que a Senhora Presidente apresentou e foi enviado por e-mail, com as posições para a Procissão do Senhor Santo Cristo dos Milagres.

A Senhora Presidente respondeu que ainda não, porque o Jurista ao Serviço da Câmara Municipal esteve ausente.

A Câmara tomou conhecimento.

AQUISIÇÃO DE TERRENO NA RUA CIDADE NEW BEDFORD, PARA CONSTRUÇÃO DE PARQUE DE ESTACIONAMENTO:

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou se houve mais algum desenvolvimento em relação à aquisição do terreno, sito na Rua New Bedford, para construção de parque de estacionamento, tendo a Senhora Presidente informado que não, pois aguardam a avaliação do perito avaliador.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado expôs que analisou a situação com maior detalhe, tendo em consideração a área do terreno de 993 m², com a possibilidade de serem criados naquele espaço 35 lugares de estacionamento e entende que é aceitável, mas será um investimento com um custo elevado. Sugeriu a negociação do terreno por um valor mais baixo e questionou qual a razão da avaliação ser efetuada por um perito.

A Senhora Presidente respondeu que o propósito de introduzir esta aquisição na proposta do empréstimo foi no sentido de se dar andamento ao processo, para quando se pudesse avançar com a aquisição, a Câmara Municipal tivesse disponibilidade para efetuar o pagamento. Da parte da Câmara Municipal há todo o interesse em adquirir o terreno, mas salvaguardando a possibilidade de ausência de acordo com o proprietário, ter-se-á que avançar



com um processo de expropriação, o qual carecerá de avaliação efetuada por perito da lista oficial de peritos avaliadores.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou se existe interesse por parte da Câmara Municipal em adquirir o terreno, quer pela via da negociação amigável, quer pela via da expropriação, tendo a Senhora Presidente respondido que, como referiu na última reunião, a aquisição deste terreno seria uma oportunidade para a Câmara Municipal, pois não existe muito espaço naquela zona para criar estacionamento. Atendendo que esta aquisição foi retirada da proposta do empréstimo, este assunto requererá outro tipo de procedimento. Entretanto aguardam a avaliação do perito e será analisado o custo-benefício desta aquisição.

A Câmara tomou conhecimento.

AUTOCARRO:

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que deixou de ver o autocarro de 57 lugares do Município a circular pelo Concelho e questionou se o mesmo parou definitivamente, tendo a Senhora Presidente respondido que aquele autocarro deixou de circular.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou se o autocarro vai para a sucata.

A Senhora Presidente respondeu que perguntaram a duas empresas de sucata qual o valor que atribuíam àquele autocarro, tendo as referidas empresas apresentado valores muito baixos, pelo que o autocarro continua parado até ser encontrada uma melhor solução.

A Câmara tomou conhecimento.

CAMINHO DA MALACA:

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado expôs que no Caminho da Malaca, junto à entrada para a Canada do Boqueirão, há um galho pendurado que precisa de ser cortado, sendo esta uma responsabilidade da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente respondeu que tem conhecimento da situação e os respetivos Serviços irão proceder ao corte do galho.

A Câmara tomou conhecimento.

LIMPEZA DE TERRENO PRIVADO - ESTRADA DE PORTUGAL E DAS COMUNIDADES:

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou se o serviço de limpeza no terreno privado, sito à Estrada de Portugal e das Comunidades, já está concluído, conforme assunto que apresentou na última reunião da Câmara Municipal.



A Senhora Presidente informou que os Serviços da Câmara Municipal já concluíram a limpeza no terreno privado, sito na Estrada de Portugal e das Comunidades, e o proprietário do terreno já efetuou o pagamento pelos serviços prestados.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado perguntou qual o valor pago pelo respetivo proprietário, tendo a Senhora Presidente apresentado o processo e informado que foi no montante de 680,97 €, com base no cálculo dos custos apurados pela prestação do serviço.

A Câmara tomou conhecimento.

EMPREENDIMENTO TURÍSTICO SUL VILLAS & SPA:

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado expôs que recentemente foi inaugurado o empreendimento turístico Sul Villas & Spa, na freguesia de Santa Cruz, e uma vez que os Vereadores da Oposição desta Câmara Municipal não tiveram direito a convite, salientando, porque são pessoas que não sabem estar nos sítios, referiu que gostaria de ter conhecimento se os croquetes estavam bons e se o champanhe era mesmo champanhe ou era espumante de 3,00 €. Questionou, ainda, se aquele empreendimento turístico já está em funcionamento.

A Senhora Presidente disse que só iria dar resposta à segunda questão, pois a primeira questão iria ignorar, porque a Câmara Municipal não comprou croquetes nem champanhe.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que não disse que a Câmara Municipal os tinha comprado.

Relativamente à segunda questão, a Senhora Presidente informou que o empreendimento turístico Sul Villas & Spa, na freguesia de Santa Cruz, está aberto ao público desde o dia da sua inauguração.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado declarou que folga em saber que é mais um investimento do Partido Socialista. Se o convite foi dirigido só para Socialistas é porque é do Partido Socialista.

A Senhora Presidente sublinhou que vai às cerimónias, para as quais é convidada e considera pertinente a sua presença.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou se o convite foi dirigido só para os membros do Partido Socialista, tendo a Senhora Presidente respondido que o convite foi dirigido à sua pessoa e a alguns trabalhadores da Câmara Municipal. Mais informou que pediu aos seus Vereadores, com competências delegadas, que a acompanhassem.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado disse que inclusive o Senhor Vice-Presidente.

A Senhora Presidente informou, tal como já referido anteriormente, que o Senhor Vice-Presidente não tendo competências delegadas, continua a acompanhar duas áreas do Concelho e está quase diariamente presente na Câmara Municipal nesse contexto.



O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que, sem querer entrar na discussão, deste assunto, gostaria de dizer à Senhora Presidente que, enquanto Vereadores da Oposição, são também “seus” Vereadores, pois fazem parte deste Órgão Executivo.

A Senhora Presidente respondeu que são Vereadores da Câmara Municipal, mas não são seus Vereadores, pois entende que os seus Vereadores são aqueles que foram eleitos com ela.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira retorquiu que não é a sua leitura.

A Câmara tomou conhecimento.

REDE WI-FI NO CONCELHO:

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que tomou conhecimento que foi instalado um sistema de rede wi-fi gratuita e questionou qual foi o critério utilizado e se abrange todo o Concelho de Lagoa.

A Senhora Presidente passou a palavra ao Senhor Vereador Nelson Santos.

O Senhor Vereador Nelson Santos informou que, desde o passado dia 19 de junho, a Câmara Municipal de Lagoa disponibiliza uma rede wi-fi gratuita em todas as Freguesias do Concelho. Esta rede gratuita e acessível através de qualquer dispositivo móvel foi apoiada pelo Programa Operacional Açores 2020 e faz parte da estratégia Smart City da Câmara Municipal. Paralelamente a este processo, a Câmara Municipal também apresentou uma candidatura, que foi aprovada pelo Turismo de Portugal para a colocação de dois quiosques multimédia – mupis digitais - na Praça de Nossa Senhora do Rosário e na Zona Balnear da Caloura, que irão disponibilizar informação e conteúdos interativos relativamente à Agenda Cultural Municipal ou outra divulgação de interesse para o Concelho.

Mais informou, que a seleção tradicional de colocação destes equipamentos de rede wi-fi gratuita são os centros urbanos das cidades, mas a opção da Câmara Municipal foi contemplar todas as Freguesias do Concelho, em pontos estratégicos, onde há maior fluxo de pessoas e maior usufruto do espaço público. Esta cobertura de wi-fi não é para substituir a rede privada das pessoas, quem vive nas imediações da rede pública não vai deixar de usar a sua rede privada para usar a rede pública, porque vai haver mecanismos de reativação para quem estiver em ligação permanente. Haverá uma gestão em back office da utilização da rede wi-fi gratuita.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira perguntou qual a razão da rede wi-fi gratuita não poder ser instalada em todo o Concelho, nomeadamente, se é porque tem um custo muito elevado. Questionou, ainda, qual o custo deste serviço para a Câmara Municipal.

O Senhor Vereador Nelson Santos respondeu que o objetivo da disponibilização da rede wi-fi gratuita é para usufruto das pessoas em espaços públicos, onde há serviços, lazer e



onde há maior fluxo de pessoas. Como já referiu não é para substituir as redes privadas e domésticas, mas para quem frequenta os espaços públicos. A instalação deste serviço foi apoiada em 85% ao abrigo da candidatura da Modernização Administrativa e os mupis em 90% ao abrigo da candidatura ao Turismo de Portugal e tem o custo de manutenção de uma linha telefónica. Foram instalados onze pontos de rede e nalguns sítios houve mais trabalho devido às ligações. Na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário foi instalado na Praça de Nossa Senhora do Rosário, no Porto dos Carneiros, Complexo de Piscinas Municipais, Praça de Nossa Senhora da Graça e no Parque Tecnológico; na Freguesia de Santa Cruz na Praça da República e no Convento dos Franciscanos; na Freguesia de Água de Pau no Jardim e Polivalente e na Zona Balnear da Caloura; na Freguesia do Cabouco na Praça D. Amélia e na Freguesia da Ribeira Chã na zona envolvente da Igreja.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira questionou qual a razão da disponibilização no Parque Tecnológico.

A Senhora Presidente respondeu porque o Tecnoparque terá uma Praça de Eventos e muitas pessoas já utilizam aquele espaço para fazer as suas caminhadas.

O Senhor Vereador Nelson Santos comentou que as escolhas dos sítios, ainda que se possam discutir, foram as que consideraram mais adequadas. Informou que, neste momento, o sinal da rede está totalmente aberto, sem qualquer limite de tráfego, mas será analisado conforme a sua utilização. Exemplificou que na Freguesia da Ribeira Chã possivelmente não vão ter necessidade de colocar limites de ligações ou tráfego, mas, provavelmente, no Complexo de Piscinas Municipais ou na Praça de Nossa Senhora do Rosário poderá ser necessário efetuar alguns ajustes dessa natureza.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado disse que no lugar dos Remédios não foi disponibilizado um ponto de rede wi-fi gratuita, tendo a Senhora Presidente respondido que já existe wi-fi gratuito na Casa da Água, no lugar dos Remédios, que está aberta ao público de segunda-feira a domingo.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira questionou se esse processo terá continuidade ou se fica por aqui.

O Senhor Vereador Nelson Santos respondeu que estão a preparar a 2.ª candidatura e nesse sentido o pedido de contração de um empréstimo bancário até ao montante máximo de 75.000,00 €, para o projeto da 2.ª fase da Modernização Administrativa. Além disso, a própria Comissão Europeia tem vindo a promover o acesso ao wi-fi em espaços públicos por toda a Europa - "WiFi4EU" – através da atribuição de vouchers para essa iniciativa. É, portanto, um processo que terá, necessariamente, continuidade e cada vez mais abrangência. Mais informou que os Técnicos de Informática ao Serviço da Câmara Municipal vão ter formação e irão assegurar a gestão deste serviço, que passará a ser efetuado pela Câmara Municipal.

A Câmara tomou conhecimento.



ORDEM DO DIA:**PRESIDÊNCIA:****PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE AS ATIVIDADES CAMARÁRIAS E DE INTERESSE MUNICIPAL:**

A Senhora Presidente da Câmara apresentou a informação sobre as atividades Camarárias e de interesse Municipal, com os seguintes assuntos:

- Espaço Saúde na Praça do Rosário apelou para dia sem tabaco;
- 2.ª Edição do Cabouco 100 Limites, voltou a promover desporto e diversão na Freguesia;
- Presidente da Câmara da Lagoa participou em tertúlia da CPCJ;
- Lagoa assinalou Dia Mundial do Ambiente;
- Filme “Mulheres do Meu País” exibido na Lagoa;
- Festas de Santo António em Santa Cruz;
- Presidente da Câmara destacou a importância da Igualdade de Género nas Políticas Locais;
- Múncipes de Lagoa recebem apoio do Governo dos Açores para recuperação de habitação degradada;
- Lagoa recebeu 2.ª Edição do Clube do Pequeno Almoço.

Sobre o assunto, “Múncipes de Lagoa recebem apoio do Governo dos Açores para recuperação de habitação degradada”, o Senhor Vereador Roberto Oliveira questionou se foram só estes 11 beneficiários que apresentaram candidatura ou se houve mais pessoas que não foram contempladas.

A Senhora Presidente respondeu que estes foram os 11 beneficiários que se candidataram e reuniram todas as condições para serem aprovadas as candidaturas e não tem conhecimento se houve mais candidaturas. Estes processos passaram pela Câmara Municipal, pois o Gabinete de Ação Social dá apoio, a quem solicita, na instrução dos processos, de forma a assegurar que as mesmas reúnam todos os requisitos para a sua admissibilidade. Mais informou que pedidos de pequenas obras são apoiados pela Câmara Municipal, mas grandes obras de reabilitação, reparação e beneficiação de habitações degradadas, são apresentadas candidaturas à Direção Regional da Habitação.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira questionou se a Câmara Municipal, nos apoios que atribui, também aplica a condição do imóvel ser habitação própria do agregado familiar.

A Senhora Presidente respondeu afirmativamente. Se uma pessoa viver numa casa de renda e pedir apoio à Câmara Municipal, este apoio não será atribuído e terá que ser o proprietário do imóvel a proceder às respetivas reparações. No Regulamento Municipal de



Apoio no Domínio da Habitação Degradada, também se incluiu essa condição, tem de ser habitação própria e permanente do beneficiário e este não pode possuir outros bens. Mais informou que a partir de um determinado valor da reabilitação, o beneficiário fica sujeita a um ónus de inalienabilidade, tal como acontece com a venda de lotes e moradias ao abrigo dos programas de autoconstrução.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado sugeriu que, em sua opinião, o ónus de inalienabilidade, não deveria ser calculado com base no valor da compra do lote, mas pelo valor patrimonial do lote.

A Senhora Presidente respondeu que este assunto será revisto.

A Câmara tomou conhecimento.

PONTO N.º 2 – VOTO DE CONGRATULAÇÃO - GONÇALO RODRIGUES:

Sob proposta da Senhora Presidente da Câmara foi presente o Voto de Congratulação ao atleta Gonçalo Rodrigues que abaixo se transcreve:

“Gonçalo Rodrigues, atleta do Clube Náutico de Lagoa, na modalidade de Jet Ski, conquistou o título de campeão do mundo de Ski Division GP3, ao vencer duas das três mangas da etapa italiana do circuito do Campeonato Mundial de Aquabike, que se disputou em Olbia, Itália, nos dias 1 e 2 de junho.

Gonçalo Rodrigues é um talentoso e competitivo atleta, que se tem demarcado por excelentes exhibições em provas altamente exigentes, onde tem apresentado um distinto desempenho técnico, acrescido da responsabilidade de representar o nome do nosso país, da nossa região e do nosso concelho, alcançando títulos prestigiantes, demonstrativos do seu nível desportivo e do grau de exigência do Clube que representa.

Este atleta é um verdadeiro exemplo de persistência e dedicação na modalidade náutica de Jet Ski, provando que é possível alcançar elevados patamares, servindo de estímulo a outros atletas.

Gonçalo Rodrigues tem distinguido o nome do concelho da Lagoa, elevando o mesmo a um patamar mundial, ao defrontar atletas do mais alto nível técnico da modalidade de Jet Ski, sagrando-se agora campeão mundial.

Face ao exposto e, considerando o elevado mérito desportivo do atleta Gonçalo Rodrigues, bem como os resultados e títulos alcançados, o Município de Lagoa tem o dever de o congratular, reconhecendo-o pelo seu contributo na valorização e divulgação do concelho da Lagoa, ao mais alto nível mundial, pelo que, proponho que a Câmara Municipal delibere:

- Aprovar o presente voto de congratulação ao atleta Gonçalo Rodrigues;
- Dar conhecimento do presente voto ao atleta e ao Clube Náutico de Lagoa.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:



- 1.º Aprovar a atribuição de um Voto de Congratulação ao atleta Gonçalo Rodrigues;
- 2.º Dar conhecimento deste Voto de Congratulação ao atleta e ao Clube Náutico de Lagoa.

UNIDADE ORGÂNICA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL:

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE EXPEDIENTE GERAL, CONTRATAÇÃO PÚBLICA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS:

PONTO N.º 3 – PROCEDIMENTO PARA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO, POR 20 ANOS ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 974.000,00 €:

Na sequência do deliberado por esta Câmara Municipal, em sua reunião de 4 de junho de 2019, de proceder ao início do procedimento para seleção da entidade financeira, com vista à contratação de um empréstimo bancário até ao montante máximo de 974.000,00 € (novecentos e setenta e quatro mil euros), pelo prazo de 20 anos, com período de carência de 2 anos, foi presente a proposta, acompanhada da respetiva documentação, conforme estabelecido na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro - Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), na sua atual redação.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que na reunião passada foi cancelado o procedimento para Contratação do Empréstimo de Médio e Longo Prazo, até ao montante máximo de 1.765.000,00 €, devido a uma situação apresentada no contrato da Caixa Geral de Depósitos que não mereceu o Visto do Tribunal de Contas e questionou se essa situação está salvaguardada nas propostas agora apresentadas pela Caixa Geral de Depósitos.

A Senhora Presidente respondeu que no pedido de apresentação de propostas que a Câmara Municipal enviou às Instituições Bancárias, esta situação ficou acautelada. Foram enviadas as condições para apresentação das propostas. A Caixa Geral de Depósitos apresentou a proposta mais vantajosa para o Município, em todos os empréstimos.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este Órgão, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da citada Lei:

1.º Autorize a Câmara Municipal a contrair, um empréstimo de médio e longo prazo, até ao montante máximo de 974.000,00 € (novecentos e setenta e quatro mil euros), em conformidade com a consulta feita à banca, pelo prazo de 20 anos e com período de carência de 2 anos;



2.º Autorize a contratação deste financiamento junto da Caixa Geral de Depósitos, que apresentou a proposta mais vantajosa para o Município, conforme a análise efetuada, até ao montante máximo de 974.000,00 € (novecentos e setenta e quatro mil euros), com a taxa de juro Euribor 6 meses acrescida do spread de 1%.

PONTO N.º 4 – PROCEDIMENTO PARA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO, POR 20 ANOS, ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 265.500,00 €:

Na sequência do deliberado por esta Câmara Municipal, em sua reunião de 4 de junho de 2019, de proceder ao início do procedimento para seleção da entidade financeira, com vista à contratação de um empréstimo bancário até ao montante máximo de 265.500,00 € (duzentos e sessenta e cinco mil e quinhentos euros), pelo prazo de 20 anos, com período de carência de 2 anos, foi presente a proposta, acompanhada da respetiva documentação, conforme estabelecido na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro - Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), na sua atual redação.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da citada Lei:

1.º Autorize a Câmara Municipal a contrair, um empréstimo de médio e longo prazo, até ao montante máximo de 265.500,00 € (duzentos e sessenta e cinco mil e quinhentos euros), em conformidade com a consulta feita à banca, pelo prazo de 20 anos e com período de carência de 2 anos;

2.º Autorize a contratação deste financiamento junto da Caixa Geral de Depósitos, que apresentou a proposta mais vantajosa para o Município, conforme a análise efetuada, até ao montante máximo de 265.500,00 € (duzentos e sessenta e cinco mil e quinhentos euros), com a taxa de juro Euribor 6 meses acrescida do spread 1%.

PONTO N.º 5 – PROCEDIMENTO PARA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO, POR 8 ANOS, ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 110.000,00 €:

Na sequência do deliberado por esta Câmara Municipal, em sua reunião de 4 de junho de 2019, de proceder ao início do procedimento para seleção da entidade financeira, com vista à contratação de um empréstimo bancário até ao montante máximo de 110.000,00 € (cento e dez mil euros), pelo prazo de 8 anos, com período de carência de 2 anos, foi presente a proposta, acompanhada da respetiva documentação, conforme estabelecido na Lei n.º 73/2013, de 3 de



setembro - Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), na sua atual redação.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que vai abster-se, na sequência da posição tomada na última reunião da Câmara Municipal, sobre o assunto.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor, sendo 4 votos dos membros do PS e um voto do membro do PSD, Roberto Oliveira, e uma abstenção do membro do PSD, Carlos Augusto Furtado, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da citada Lei:

1.º Autorize a Câmara Municipal a contrair, um empréstimo de médio e longo prazo, até ao montante máximo de 110.000,00 € (cento e dez mil euros), em conformidade com a consulta feita à banca, pelo prazo de 8 anos e com período de carência de 2 anos;

2.º Autorize a contratação deste financiamento junto da Caixa Geral de Depósitos, que apresentou a proposta mais vantajosa para o Município, conforme a análise efetuada, até ao montante máximo de 110.000,00 € (cento e dez mil euros), com a taxa de juro Euribor 6 meses acrescida do spread de 0,7%.

PONTO N.º 6 – PROCEDIMENTO PARA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO, POR 4 ANOS, ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 75.000,00 €:

Na sequência do deliberado por esta Câmara Municipal, em sua reunião de 4 de junho de 2019, de proceder ao início do procedimento para seleção da entidade financeira, com vista à contratação de um empréstimo bancário até ao montante máximo de 75.000,00 € (setenta e cinco mil euros), pelo prazo de 4 anos, com período de carência de 2 anos, foi presente a proposta, acompanhada da respetiva documentação, conforme estabelecido na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro - Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), na sua atual redação.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que vai abster-se, na sequência da posição tomada na última reunião da Câmara Municipal, sobre o assunto.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor, sendo 4 votos dos membros do PS e um voto do membro do PSD, Roberto Oliveira, e uma abstenção do membro do PSD, Carlos Augusto Furtado, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da citada Lei:



1.º Autorize a Câmara Municipal a contrair, um empréstimo de médio e longo prazo, até ao montante máximo de 75.000,00 € (setenta e cinco mil euros), em conformidade com a consulta feita à banca, pelo prazo de 4 anos e com período de carência de 2 anos;

2.º Autorize a contratação deste financiamento junto da Caixa Geral de Depósitos, que apresentou a proposta mais vantajosa para o Município, conforme a análise efetuada, até ao montante máximo de 75.000,00 € (setenta e cinco mil euros), com a taxa de juro Euribor 6 meses acrescida do spread de 0,6%.

PONTO N.º 7 – PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA CESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE BARES DO FESTIVAL CALOURA BLUES, NA BAIXA D'AREIA, EM ÁGUA DE PAU:

Foi presente o processo do procedimento concursal para cessão do direito de exploração de bares do Festival Caloura Blues, na Baixa d'Areia, em Água de Pau. O procedimento concursal tem por objeto a cessão do direito da exploração de 15 (quinze) bares, localizados no recinto do Caloura Blues, que se realizará de 26 a 27 de julho de 2019. O direito de exploração é concedido a título precário, pelo prazo de 2 dias, concretamente nos dias 26 e 27 de julho de 2019, coincidente com a duração do evento.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado perguntou quem preparou estes documentos (programa de procedimento e caderno de encargos), deste procedimento concursal, tendo a Senhora Presidente respondido que foi o Gabinete da Senhora Vereadora Albertina Oliveira, com o apoio do Gabinete Jurídico.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado apontou as seguintes situações que carecem de correção:

- Na alínea c) do ponto 15 refere "Documento com a identificação das bebidas a servir" quando no ponto 17 refere "...bares dedicados à venda de bebidas e comidas ...", deveria incluir-se na alínea c) do ponto 15 " ... bebidas e comidas a servir";
- O ponto 17 refere que "No evento Caloura Blues existirá 15 (quinze) bares ..." quanto as alíneas referem: a) 2 (dois) espaços de bar; b) 13 (treze) espaços de bar, c) 1 (um) espaço de bar, totalizando 16 espaços de bar. A alínea b) deveria ser corrigida para 12 (doze) espaços de bar;
- O anexo I modelo da proposta refere "...propondo um valor de renda mensal de (...) ..." quando a duração da exploração é de 2 dias, pelo que deverá ser corrigido para "... propondo um valor de (...) ...".

O Senhor Vereador Carlos Augusto referiu, ainda, que no programa de procedimento foi referido a "obrigatoriedade de utilização de copos e pratos reutilizáveis e utensílios" e



questionou se é só loiça reutilizável que vai ser permitida ou é uma salvaguarda para dizer que existe alguns utensílios de loiça, mas vão utilizar plástico.

A Senhora Presidente passou a palavra à Senhora Vereadora Albertina Oliveira.

A Senhora Vereadora Albertina Oliveira informou que vão usar material reutilizável para os copos de cerveja, pratos e talheres. Para os copos de gin, de caipirinha e de cocktail irão utilizar copos com um tipo de plástico mais resistente.

O Senhor Vereador Carlos Augusto questionou se está previsto qual a percentagem de material que vão utilizar que é reutilizável e não reutilizável, se existe alguma condicionante desta natureza. Questionou, ainda, se está previsto a utilização de material biodegradável.

A Senhora Vereadora Albertina Oliveira respondeu que, como já referiu, para a cerveja vão utilizar os copos de material reutilizável, para os outros copos vão utilizar aquele tipo de material.

A Senhora Presidente acrescentou, que os copos de “balão”, para servir determinadas bebidas, em material reutilizável, é ainda escasso no mercado. O objetivo será utilizar 100% de material reutilizável, à exceção daqueles copos.

O Senhor Vereador Carlos Augusto questionou se esse material é propriedade da Câmara Municipal ou da empresa que irá explorar o serviço, tendo a Senhora Presidente respondido que o material será da empresa.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira perguntou se esse processo foi feito com a intenção de ser uma empresa Lagoense a ganhar este concurso, pois será uma mais-valia para dinamizar a economia local. Questionou, também, se quando se diz que não existe no mercado copos de gin reutilizável, será que quem vai explorar os bares, não encontra esse material no mercado.

A Senhora Presidente respondeu que será aberto um procedimento concursal, com as condições aprovadas, e terá o direito de explorar aqueles bares quem apresentar melhor proposta. Tem conhecimento através de outros eventos, promovidos pela Câmara Municipal, nomeadamente, as Festas do Espírito Santo – Império de São Pedro, em Água de Pau, que há material que ainda escasseia no mercado, seja pelas quantidades solicitadas ou pelas características. Este ano não se conseguirá usar apenas material reutilizável a 100%, mas para o próximo ano será obrigatório. Mais referiu, a Senhora Presidente que os documentos serão corrigidos conforme notas apresentadas pelo Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do PS e duas abstenções dos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira, aprovar o processo do procedimento concursal, nas condições apresentadas, para cessão do direito de exploração de bares do Festival Caloura Blues, na Baixa d’Areia, em Água de Pau.



Por impedimento legal, na discussão e aprovação do processo abaixo mencionado, o Senhor Vereador Fernando Jorge Ventura Moniz, ausentou-se da reunião, de acordo com o n.º 6 do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 8 – PEDIDO DE ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS DE ARRENDAMENTO – CLUBE OPERÁRIO DESPORTIVO:

Pela Direção do Clube Operário Desportivo foi presente a carta datada de 3 de junho do corrente ano, solicitando a alteração dos Contratos de Arrendamento, celebrados entre aquele Clube Desportivo e a Câmara Municipal de Lagoa, que abaixo se transcreve:

“Na qualidade de Presidente do Clube Operário Desportivo e Primeiro Outorgante nos contratos supra referenciados, celebrados em 02/12/2016 e 21/12/2018, respetivamente, venho, por este meio, solicitar a alteração do n.º 1 das suas Cláusulas 5.ª, concretamente alterando-se o meio de pagamento das rendas ali previstos passando os mesmos a serem efetuados por cheque, à ordem do COD, em detrimento de transferência bancária.”

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que este assunto de alteração dos dois contratos celebrados, em 2016 e 2018, com o Clube Operário Desportivo, é um assunto complexo. Solicitou esclarecimentos relativamente às áreas ocupadas naquele edifício.

A Senhora Presidente prestou os devidos esclarecimentos. Informou que o contrato de arrendamento, celebrado em 2016, refere-se à fração C, sendo esta a cave do edifício localizada no rés-do chão, na qual está instalado e funciona o CEFAL e o Polo de Informática. O contrato de arrendamento, celebrado em 2018, refere-se à fração B, sendo esta o rés-do chão, na qual está instalada o JUDOLAG.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado opinou que o valor de 900,00 € que a Câmara Municipal paga de renda mensal, por aquele espaço, uma cave sem janelas, é um valor elevado.

A Senhora Presidente disse que o pedido apresentado nesta reunião é de alteração de uma cláusula do contrato, relacionada com o meio de pagamento da renda.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que para si também é importante analisar o contrato que foi celebrado em 2016, porque considera que é um péssimo negócio de arrendamento. A avaliação à data que foi feito esse arrendamento, foi imperfeita, pois não integra o contrato, tal como aconteceu no contrato celebrado em 2018, em que a avaliação faz parte integrante do contrato. Não pode concordar que se proceda a qualquer alteração a esses contratos de arrendamento, considerando que são espaços semelhantes, com rendas de valores aproximados, quando uma fração tem janelas e a outra fração é uma cave. Não faz sentido nenhum que se pague quase a mesma renda. Uma vez que vai haver alteração no



contrato, sugeriu que se revisse o valor da renda, pois entende que há má gestão dos dinheiros públicos.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que vai abster-se nesta deliberação, porque percebendo as razões do Clube Operário Desportivo, o contrato celebrado em 2016, foi feito pelo prazo de vinte anos. Em sua opinião, a Câmara Municipal deveria solicitar uma avaliação tal como foi feito no outro contrato de arrendamento, celebrado em 2018. Sugeriu que o assunto sobre o valor da renda fosse analisado numa próxima reunião.

O Senhor Vereador Nelson Santos referiu que acompanhou o processo do contrato celebrado em 2018 e que a fração C tem uma área superior à fração B.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado expôs que não concorda com a avaliação dos dois espaços, com valores tão próximos, pois tem que haver um documento que defina os valores com rigor. Acrescentou que também não entende que seja aceitável que se substitua um documento correto e eficaz, por um procedimento menos eficaz, como a forma de pagamento, e por essas razões vai abster-se nesta deliberação.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com três votos a favor dos membros do PS e duas abstenções dos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira, não tendo participado na votação o Senhor Vereador Fernando Jorge Ventura Moniz, aprovar o pedido de alteração dos Contratos de Arrendamento celebrados com o Clube Operário Desportivo.

O Senhor Vereador Fernando Jorge Ventura Moniz regressou à sala a fim de poder continuar a participar na presente reunião.

PONTO N.º 9 – PROPOSTA – PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGOA NA “ASSOCIAÇÃO DE LIMPEZA URBANA – PARCERIA PARA CIDADES + INTELIGENTES E SUSTENTÁVEIS”:

Pela Senhora Presidente foi apresentada a proposta sobre o assunto acima referenciado, que abaixo se transcreve:

“Na sequência do deliberado por esta Câmara Municipal, em sua reunião de 5 de abril de 2019, e da Assembleia Municipal, em sua sessão de 23 de abril de 2019, na qual foi autorizada a participação do Município de Lagoa, representado pela Câmara Municipal de Lagoa, na Associação sem fins lucrativos: “Associação Limpeza Urbana – Parceria para Cidades + Inteligentes e Sustentáveis” (ALU) e após a primeira reunião da Assembleia Geral da Associação Limpeza Urbana (ALU), convocada pela comissão instaladora, foram aprovados os Estatutos e Regulamento Interno com as seguintes alterações (em anexo) que foram feitas nos documentos iniciais, no âmbito da Assembleia Constitutiva daquela associação:



1-Nos Estatutos, no artigo referente aos associados foi acrescentado nos Associados Fundadores e Efetivos, aos municípios e freguesias, "entidades pertencentes ao setor empresarial local", de forma a enquadrar as empresas municipais.

2-No Regulamento Interno, no capítulo relativo às Quotas, foi acrescentado o seguinte ponto: "Ao valor da quotização fixado no presente artigo é aplicada uma redução de 20%, sob o valor de quota a pagar, no caso do Associado ser uma Junta de Freguesia".

Assim, proponho que a Câmara Municipal delibere, nos termos e ao abrigo do disposto na alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º conjugado com a alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º, da alínea oo), do n.º 1, do artigo 33.º todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como o disposto no n.º 1, do artigo 53.º, aplicável por remissão do n.º 3, do artigo 56.º, ambos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto:

- Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a aceitação dos respetivos Estatutos, em anexo e que constituem parte integrante da presente proposta;
- Aprovar a despesa no valor de 2.000,00 € (dois mil euros) para o ano de 2019 com a assunção do encargo a suportar anualmente pelo Município de Lagoa - Açores após a adesão."

A Senhora Presidente explicou a proposta apresentada e acima transcrita.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado disse que irá votar contra, tal como votou na apresentação deste assunto, na reunião da Câmara Municipal de 5 de abril de 2019. Em seu entender, não faz sentido o Município de Lagoa pagar 2.000,00 €, quando naquela primeira reunião estiveram presentes apenas dez pessoas, num país com 308 Municípios. Não vê futuro nenhum nesta Associação, sendo apenas mais uma Associação a trazer encargos para o Município de Lagoa e está representado neste Órgão Executivo para defender os Lagoenses.

O Senhor Vereador Nelson Santos referiu que não partilham da mesma visão, tal como já defendeu naquela reunião da Câmara Municipal quando foi apresentado este assunto. O Município de Lagoa aderiu à Associação sem fins lucrativos: "Associação Limpeza Urbana – Parceria para Cidades + Inteligentes e Sustentáveis" (ALU), mas poderá, a qualquer momento, se assim for entendimento, deixar de fazer parte desta Associação de Limpeza Urbana.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que se abstém nesta deliberação, porque o que conhece sobre este assunto não lhe permite outro sentido de voto.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do Partido Socialista, um voto contra do Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado e uma abstenção do Senhor Vereador Roberto Oliveira:

1.º Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a aceitação dos respetivos Estatutos, em anexo e que constituem parte integrante da presente proposta;

2.º Aprovar a despesa no valor de 2.000,00 € (dois mil euros) para o ano de 2019 com a assunção do encargo a suportar anualmente pelo Município de Lagoa – Açores após a adesão,



do Município de Lagoa- Açores, representado pelo Vereador Nelson António Rosa dos Santos, em representação da Câmara Municipal de Lagoa, na Associação sem fins lucrativos: “Associação Limpeza Urbana – Parceria para Cidades + Inteligentes e Sustentáveis” (ALU).

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO:

PONTO N.º 10 – 2.ª REVISÃO ORÇAMENTAL AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2019:

A Senhora Presidente apresentou à Câmara a 2.ª Revisão Orçamental ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano Financeiro de 2019, que abaixo se transcreve:

“Torna-se necessário proceder à 2.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, de acordo com o preconizado no Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, na sua atual redação.

Anulações

Receitas de Capital (Orçamento 2019)

120602 – Sociedades Financeiras – 1.340.500€

Despesas de Capital (Orçamento 2019)

070101 – Obra n.º 3/I/2017 – Aquisição de Terrenos – 600.000,00€

07030313 – Obra n.º 22/I/2016 - Recuperação e requalificação da Praça Nossa Senhora do Rosário – 382.000€

07010302 – Obra n.º 11/I/2016 - Recuperação Cine Teatro Ferreira da Silva - Espaço Multiusos – 200.000€

07010302 – Obra n.º 6/I/2017 - Construção de Pavilhão - Estrutura Metálica no Polidesportivo da Atalhada – 115.000€

07010401 – Obra n.º 6/I/2019 - Obras de requalificação no Terreno da Rua do Jardim - Construção de Estrada e Infraestruturas – 300.000€

07030307 – Obra n.º 3/I/2019 - Aquisição da Rede de Abastecimento de Água - Bairro Vila Mar – 100.000€

07010305 – Obra n.º 7/I/2018 - Construção de Alpendre na Escola Octávio Gomes Filipe – 51.000€

Reforços

Despesas Correntes (Orçamento 2019)

0301030202 – Outros Investimentos Municipais – 5.000,00€

06020399 – Diversas – 8.050,00€

Despesas de Capital (Orçamento 2019)

070101 – Obra n.º 7/I/2019 - Aquisição de Terrenos – 240.000€

07011003 – Obra n.º 30/I/2016 - Eficiência Energética dos Edifícios e Infraestruturas Municipais – 11.950€

07010601 - Obra n.º 8/I/2019 - Recolha Seletiva de Resíduos do Concelho de Lagoa – 80.000€

07010401 – Obra n.º 10/I/2019- Construção de rampa de varagem, no Portinho de São Pedro – 12.500€

07010401 – Obra n.º 11/I/2019 - Obras de requalificação de Parque de Estacionamento - Rua António Moniz Barreto – 50.000€

Valores a inserir no Orçamento de 2020:

07030313 – Obra n.º 22/I/2016 - Recuperação e requalificação da Praça Nossa Senhora do Rosário – 45.000€

07010302 – Obra n.º 11/I/2016 - Recuperação Cine Teatro Ferreira da Silva - Espaço Multiusos – 300.000€

07010401 – Obra n.º 6/I/2019 - Obras de requalificação no Terreno da Rua do Jardim - Construção de Estrada e Infraestruturas – 300.000€

07030307 – Obra n.º 3/I/2019 - Aquisição da Rede de Abastecimento de Água - Bairro Vila Mar – 100.000€

070115 – Obra n.º 6/I/2016 - Smart City e Modernização Administrativa – 75.000€

07030302 – Obra n.º 9/I/2019 – Construção da ETAR da Lagoa – 180.000€."

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu ter dúvidas no documento apresentado, tendo a Senhora Presidente solicitado esclarecimentos, aos Serviços de Contabilidade.

Após os esclarecimentos prestados e troca de impressões, a Senhora Presidente colocou à votação a 2.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que irá abster-se nesta deliberação, porque esta revisão orçamental decorre de iniciativas e políticas do Partido Socialista que não as acautelou em sede de orçamento e sentiu necessidade de as rever. Acrescentou, que embora percebendo que se trata da anulação do Empréstimo de Médio e Longo Prazo, também entende que são iniciativas do programa do Partido Socialista.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira expôs que vota a favor, porque esta revisão contempla obras, embora sejam discutíveis, são necessárias para o Concelho de Lagoa.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor, sendo 4 votos dos membros do PS e um voto do membro do PSD, Roberto Oliveira, e uma abstenção do membro do PSD, Carlos Augusto Furtado, submeter à Assembleia Municipal a 2.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, para aprovação, de acordo com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do citado diploma legal.



Os documentos acima mencionados foram assinados e rubricados em todas as folhas pelos membros da Câmara presentes, a fim de evitar a sua transcrição em ata, conforme determina o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 45 362, de 21 de novembro de 1963, na sua atual redação, dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto.

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE TESOURARIA:

PONTO N.º 11 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA:

Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria do dia 19 de junho do ano em curso que apresenta um saldo de Dotações Orçamentais de 1.056.031,95 € (um milhão cinquenta e seis mil trinta e um euros e noventa e cinco cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

UNIDADE ORGÂNICA GESTÃO URBANA E DE INFRAESTRUTURAS:

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE OBRAS PARTICULARES E LOTEAMENTOS:

PONTO N.º 12 – PEDIDO DE CERTIDÃO DE DESTAQUE, MALACÃO, FREGUESIA DO CABOUÇO:

Foi presente o requerimento apresentado por Vera Mónica Maia Rebelo Benevides, com residência na rua de São Gonçalo n.º 190 – 2.º Esq., freguesia de São Pedro, concelho de Ponta Delgada, proprietária de um prédio rústico, sito em Malacão, freguesia do Cabouço, concelho de Lagoa - Açores, com a área de 2.140,00 m² com as seguintes confrontações: Norte – Francisco José; Sul – Canada; Nascente – Canada e Poente – Canada, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa-Açores sob o n.º 3205/20070731 e inscrito na respetiva matriz predial sob o n.º 15, Secção G, solicitando certidão de destaque do referido prédio, de um lote de terreno com a área de 800,00 m² que ficará a confrontar a Norte – Francisco José; Sul – Canada; Nascente – Canada e Poente – Vera Mónica Maia Rebelo Benevides.

A Câmara após análise da informação dos Serviços Técnicos n.º 118/2019-HM, de 06 de junho do corrente ano, cujo teor se transcreve:

“Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre-me informar do seguinte:

O prédio em questão encontra-se abrangido pelo perímetro urbano da cidade de Lagoa e a pretensão cumpre o disposto no n.º 4 e no n.º 6 do artigo 6.º do RJUE na redação dada pelo



Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, pelo que não vemos inconveniente na emissão da certidão requerida.”

Deliberou, por unanimidade, deferir o pedido.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:

A Senhora Presidente expôs que, de acordo com o que ficou estabelecido, as últimas reuniões da Câmara Municipais são públicas. Seguiu-se o período de intervenção aberto ao público. Esteve presente o Senhor José Fernando Carneiro Sousa, morador na freguesia de Nossa Senhora do Rosário, deste Concelho.

A Senhora Presidente passou a palavra ao Senhor José Fernando Carneiro Sousa.

O Senhor José Fernando Carneiro Sousa deu bom dia a todos os presentes e começou a sua intervenção referindo que não participa nestas reuniões públicas para ofender ninguém, nem para chamar a atenção. Participa para fazer alertas e porque gosta de ver o Concelho, onde nasceu, limpo e com condições para que todos possam viver em boa harmonia. Citou um ditado antigo que diz “Não adianta bater no ceguinho, porque ele não vê”, pois já alertou para vários assuntos, nomeadamente, sobre a situação da colocação de pilaretes na Atalhada, parques de estacionamento, placas de estacionamento mal colocadas, a situação de veículos estacionados, já com ervas a crescer debaixo dos mesmos e continua tudo na mesma. A placa de estacionamento junto à Creche o Pardal está mal colocada, tem que estar visível para o público e está pregada na parede. Existem sinais a proibir a circulação de veículos com mais de 6.500 kg dentro da cidade de Lagoa, mas continua a ver veículos pesados a circular onde existe essa sinalização e questionou se os veículos de recolha de resíduos têm autorização para circular naquelas zonas com sinalização. Expôs que a iluminação pública, na Canada da Freira, ainda não foi instalada.

Sobre a iluminação pública, na Canada da Freira, a Senhora Presidente respondeu que a Câmara Municipal já adjudicou os trabalhos à EDA e os Serviços Camarários irão ligar para saber qual a previsão da disponibilização do serviço.

O Senhor José Fernando Carneiro Sousa expôs que já se passaram dois anos, desde que a Senhora Presidente disse que ia mandar fazer uma fiscalização à garagem que serve de armazém de garrafas de gás, na freguesia de Nossa Senhora do Rosário e, até à data, ainda não foi feita essa fiscalização. Perguntou como é aquele Senhor continua a vender gás quando aquele estabelecimento comercial já foi vendido há mais de um mês. Comentou que aos fins-de-semana e feriados, em frente à Escola Básica /JI Marquês de Jácome Correia, junto à bomba de gasolina, costuma estar uma viatura estacionada a vender garrafas de gás, o que naquele espaço não é permitido e ninguém fiscaliza.



O Senhor José Fernando Carneiro Sousa disse que de acordo com a Lei, as Freguesias são as Autarquias Locais mais próximas das populações, e perguntou se os Presidentes das Juntas de Freguesia transmitem à Câmara Municipal o que se passa nas suas Freguesias. Expôs que num determinado dia os varredores de uma Junta de Freguesia limpam as ruas e no dia seguinte a máquina da monda térmica foi lavar as ruas, não foi matar as ervas porque a raiz fica, só queima a erva e a menos de um mês as ervas crescem novamente.

Mais referiu o Senhor José Fernando Carneiro Sousa que na rua de Cima, na Freguesia de Santa Cruz, existe uma moradia com uma placa com a matrícula de dois carros, com permissão para estacionar e perguntou se estão a pagar as taxas referentes à ocupação daquele espaço público.

O Senhor José Fernando Carneiro Sousa relatou que foi à Unidade de Saúde de Lagoa e tomou conhecimento de um aviso que informava que quem não tinha médico de família, aquela Unidade de Saúde não passava mais receitas médicas, as pessoas tinham que se deslocar a Ponta Delgada e publicou essa informação na sua página pessoal do facebook.

A Senhora Presidente disse que tomou conhecimento dessa situação, entrou em contato com a Presidente do Conselho de Administração da USISM, Dra. Teresa Luciano e a situação foi reposta de imediato, tendo o Senhor José Fernando Carneiro Sousa dito que depois publicou na sua página pessoal do facebook que a situação foi resolvida.

O Senhor José Fernando Carneiro Sousa apresentou uma outra situação que se prende com a forma como os trabalhadores fazem a recolha dos resíduos. Para evitar demoras aos condutores que vão atrás da viatura de recolha de resíduos, como as ruas são estreitas e não podem ultrapassar, vai um trabalhar à frente e junta os vários sacos. Fazem isso na sua rua e em várias ruas. Uma determinada pessoa viu essa situação, em frente à Fábrica do Álcool e publicou no facebook. De seguida, a Câmara Municipal mandou afixar um cartaz a proibir a colocação de lixo naquele espaço. Comentou que já alertou para várias situações e a Câmara não fez nada, nesta situação que o trabalho está a ser bem feito, a Câmara reagiu de imediato.

O Senhor José Fernando Carneiro Sousa questionou se as nascentes são do Município ou são da Sinaga, tendo a Senhora Presidente respondido que algumas são da Sinaga.

O Senhor José Fernando Carneiro Sousa dirigiu a palavra ao Senhor Vereador Roberto Oliveira, referindo que o Senhor Vereador Roberto Oliveira tinha relacionado as Festas de Santo António com o Feriado Municipal.

A Senhora Presidente corrigiu o Senhor José Fernando Carneiro Sousa. O que o Senhor Vereador Roberto Oliveira propôs foi que as Festas de Santo António fossem consideradas as Festas da Cidade.

O Senhor José Fernando Carneiro Sousa expôs que o dia 11 de abril tem um grande significado, pois é o dia do Feriado Municipal, no Concelho de Lagoa. Há quem diga que também é o dia da elevação da Lagoa a cidade, mas foi no dia 22 de março de 2012.



A Senhora Presidente corrigiu novamente o Senhor José Fernando Carneiro Sousa, dizendo que foi no dia 11 de abril de 2012, data da publicação do Decreto Legislativo Regional, da elevação da vila de Lagoa, no Concelho de Lagoa, à categoria de cidade, e ser-lhe-á enviado aquele documento.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que as Festas de Santo António são no dia 13 de junho e é uma Festa que já tem algum cariz e entende que fazia todo o sentido que, um dia, essa Festa fosse considerada a Festa da Cidade de Lagoa. Expôs que devia de ser constituída uma Comissão independente com orçamento próprio no sentido de valorizar a própria Festa de Santo António, a Freguesia de Santa Cruz e a Cidade de Lagoa. Acrescentou, que também tem defendido que o Feriado Municipal do Concelho de Lagoa é uma situação e o aniversário de elevação a Cidade é outra situação, pelo que os dois acontecimentos são importantes, mas têm que ser destacados de forma diferente e não sobrepostos. Nunca referiu em mudar a data do Feriado Municipal.

A Senhora Presidente referiu que a ideia apresentada pelo Senhor Vereador Roberto Oliveira sobre as Festas da Cidade de Lagoa é algo que já pensaram. A data da elevação da vila de Lagoa, à categoria de cidade, coincide com o dia do Feriado Municipal do Concelho de Lagoa. As Festas de Santo António decorrem num mês com outro tipo de clima, pelo que o risco de se fazer alguma atividade ao ar livre é menor do que no mês de abril.

Sobre a situação da colocação de lixo em frente à Fábrica do Álcool, a Senhora Presidente informou que existia duas situações, a acumulação de lixo, em virtude do procedimento do funcionário da empresa Recolte, e o cidadão comum que também deposita lixo no local. Em relação à situação na rua de Cima, na Freguesia de Santa Cruz, vão averiguar a situação.

O Senhor José Fernando Carneiro Sousa expôs que existe uma placa com o nome de Rua do Fisher, mas já não existe rua do Fisher.

Em relação à situação de veículos estacionados, já com ervas a crescer, a Senhora Presidente referiu que o Senhor José Fernando Carneiro Sousa sempre que encontrar uma situação dessa natureza pode comunicar para a Câmara Municipal. Os Fiscais Municipais têm essa função, mas todos temos deveres para com a nossa Sociedade.

Relativamente à situação da venda de gás, a Senhora Presidente informou que a Câmara Municipal ainda não recebeu nenhum documento para averbamento daquele estabelecimento comercial, assim que receber o documento, a situação será revista. Sobre o processo do gás, a Câmara Municipal emitiu aquele licenciamento, com base nos pareceres do ITG e termos de responsabilidade entregues pelos Técnicos devidamente habilitados para o efeito.



A Senhora Presidente deu por encerrado o período de intervenção aberto ao público e agradeceu a presença do Senhor José Fernando Carneiro Sousa nesta reunião pública da Câmara Municipal.

A Câmara tomou conhecimento.

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta, a fim das respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos.

ENCERRAMENTO:

E não havendo mais nada a tratar, sendo 12:30 horas, foi pela Senhora Presidente da Câmara Municipal encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida foi aprovada e assinada nos termos da Lei.

E eu  , Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, a redigi e assino.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL


CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO